

DA TEORIA DAS CRISES À TEORIA DAS CATÁSTROFES*

Henri Lefebvre**

Tradução de:

Anselmo Alfredo***

Carolina Massuia de Paula****

Thomas Ficarelli*****

Quanta tinta! Quanta tinta! Na França e alhures, toneladas de escritos espalham seu rastro escuro desde há dois ou três anos em seguida à "crise". Os propagandistas e agitadores servem-se desse tema contra as autoridades e o "governo", contra o capitalismo e o *Establishment*, acusados de incapacidade. Com "a crise" nos países capitalistas, apela-se para uma outra sociedade, para um "alhures", sem se perguntar muito se o "socialismo" escapa hoje ou escapará amanhã às crises.

Que quer dizer esta palavra: crise? Ela designa em princípio um momento crítico, uma data separando dois períodos, um corte no tempo. Que quer dizer hoje: "a crise"? Crise de quem? De quê? Desde que se olhe um pouco mais de perto – verdade que não é nova –, encontram-se crises: a crise disso ou daquilo, da juventude, do teatro, do cinema, da universidade, da moral, da cultura, da agricultura, da filosofia etc. O que não está em crise? Mesmo a teoria, de modo que a teoria das crises não escapa da "crise"! Chega-se a se cogitar que a crise é mais um estado que um instante, que esse estado de crise se normaliza, distinguindo-se pouco da não-crise, que, em suma, a crise pode se revelar estimulante ou, justamente ao contrário, durável como um estado normal, e que definitivamente o problema não é revelar uma crise ou crises, mas saber onde, por que e como os momentos críticos cessaram de estimular a invenção.

Crise de quê? Do capitalismo? Da Europa? Do capitalismo europeu? Da civilização? Do socialismo estatista assim como do capitalismo estatista? Do MPE (Modo de Produção Estatista)? Do Estado? Os sintomas são conhecidos, catalogados: desemprego, diminuição das trocas internas e externas, falências, déficits etc. Qual é a capacidade de intervenção do Estado em geral, ou de tal Estado?

Não será que as "mudanças" que aparecem como crise econômica engendram a decadência de países inteiros, na Europa sobretudo, com o declínio das burguesias "arqui", barões da indústria pesada ou dinastia da indústria leve, em proveito de alguma neoburguesia?

Crise da Europa? Essa hipótese se banaliza pelo mundo, exceto na Europa, onde se continua, em Paris como em Londres, em Berlim como em Madri, a crer-se o centro do universo. Qualquer déspota africano ou asiático, bárbaro sangrento ou refinado, Marechal Amin Dada ou Xá do Irã, pode desafiar a Europa e predizer sua humilhação. Por que não? Esses chefes de Estado, da mesma maneira que os chefes de Estado europeus, figuram no novo Gotha mundial, o do MPE. Isto não passa da mais pura verdade: intimada a inventar o novo apelando a suas forças profundas, a Europa oferece um triste espetáculo. Sua fraqueza ideológica está na mesma medida de sua fraqueza militar. Ela patina na desorientação,

*Tradução do Excerto de: LEFEBVRE, Henri. De L'État (Tome IV). Les Contradictions de l'État Moderne. La Dialectique et/de l'État. Paris, 1978. p. 211-258

**Importante filósofo marxista e sociólogo francês, formado na Universidade de Paris e falecido em 1991.

***Professor Doutor do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. E-mail: ansfredo@usp.br

****Geógrafa formada no Departamento de Geografia da FFLCH/USP. E-mail: carolmpaula@yahoo.com.br

*****Geógrafo formado no Departamento de Geografia da FFLCH/USP. E-mail: thomfica@hotmail.com

no niilismo e quer levar consigo o mundo. Ela não chega a se mobilizar em torno desta idéia simples: a saúde do Ocidente, preso entre a América e a Rússia. A Europa do norte e a Europa do sul tendem a se separar em vez de se unir, a do sul hesitante diante do eurocomunismo, a do norte adotando a via do reformismo, neoliberal ou social-democrata (sem interditar-se o autoritarismo). Entretanto em cada país do mosaico europeu os interesses mais vulgares vêm à tona. Enquanto isso, as fontes de energia e de matérias-primas lhe escapam; ela não domina mais os mares, nem mesmo o Mediterrâneo; países novos se industrializam, unindo alta tecnologia e baixos salários, arrasando assim a competição econômica. Banalidades. Vende-se melhor a massa cinzenta americana que a europeia. O que resta à Europa? Uma alternativa: ou ficar patinando em direção ao nada, ou renovar-se através de forças novas.

Mas de quando data essa crise? Qual é sua natureza, sua essência, como diz ainda muita gente? Crise econômica? Atenção! No plano econômico, poderia tratar-se de uma nova repartição das forças produtivas em escala mundial, de uma nova divisão do trabalho; ou ainda da passagem, nos grandes países industriais, de um crescimento rápido a um crescimento mais lento (com desemprego crônico, ou seja, "exército de reserva do proletariado"); ou então ainda de um aumento do número dos "deixados-por-conta" e dos "excluídos" do crescimento. Com toda certeza, o crescimento das forças produtivas excede as relações sociais de produção e de propriedade, congeladas no interior das nações. O espaço muda (o espaço econômico, percorrido por fluxos; – o espaço social e político, modificado pelas estratégias). Os lugares de acumulação mudam, assim como o sentido e os objetivos dessa acumulação dos recursos e do capital.

Essa crise – se há "crise", ou seja, abalo mundial da organização sócio-política, e não dificuldades locais – essa crise, de onde ela vem? De quando datá-la? Não ultrapassa ela a economia e mesmo os conflitos sangrentos que

esgotaram a Europa e o mundo? Não escapa ela assim tanto aos especialistas meticulosos como aos ideólogos vagabundos?

Já assinalamos a queda dos *referenciais*: o desabamento dos pontos de referência comumente aceitos pelo pensamento europeu desde 1910, antes da primeira guerra mundial; assim também a tonalidade na música, como a perspectiva na pintura e o espaço euclidiano-newtoniano; assim também a família com a imagem do Pai, como a história, como a cidade, como a cosmologia tradicional e a filosofia, com Deus e o Ser e a Verdade. O Logos entra no estado crítico. Até esse momento, as linguagens se implicavam na prática social com as referências. Desde então, a linguagem se destaca delas, adquirindo valor em si e por si. Assim se dissolvem as obras do Logos, pressagiando a dissolução do próprio Logos europeu. Quais obras? Todas, exceto uma: o Estado, que juntará os pedaços! O que restará após esse instante crítico para situar, para referenciar, para valorizar ou desvalorizar? O trabalho, a linguagem. Colocar no centro o trabalho produtivo, o socialismo o tentará e será um fracasso, sancionado pelo tédio e pela esterilidade. Quanto à linguagem, ao discurso, nele estamos, mas há mais que uma "crise de referências": predomina a logologia, com a metalinguagem.

Em 1914, a classe trabalhadora europeia perdeu a luta de classes pelo simples fato de que não pôde impedir a guerra e de que sua instituição específica, a II Internacional, desmoronou. Ela será a perdedora da guerra, destituída por um tempo mal definido de sua missão histórica. Ela partilhou a sorte da Alemanha, onde era a mais forte quantitativa e qualitativamente, mas se deixou enveredar pelo caminho estatista. Alguns anos mais tarde, a revolução que se disse e se acreditou proletária, que venceu na Rússia, arrasou sua esquerda, sua ala marchante, em Cronstadt. Em seguida, o socialismo estatista alemão também arrasou sua esquerda, o movimento espartaquista, do que o movimento operário orientado pela III Internacional e o estalinismo mal se reerguerá.

As catástrofes se multiplicaram, terminando sempre com o fim sangrento do movimento revolucionário: a esquerda espanhola em 1937-39, os movimentos de libertação em 1945, em 1968, em Paris e em Praga. Como a Europa não sofreria com essa praga sangrenta, a eliminação dos melhores e dos mais lúcidos? Perdas difíceis de reparar, acrescentando-se aos massacres das guerras. Como não se aprofundaria um vazio imenso, mal preenchido pelas expressões da consciência infeliz ou funesta, a psicanálise, a arte dita moderna, as ciências ditas sociais etc.? (Por que não acrescentar a essa pequena lista a obsessão pela língua e pela escrita?)

A queda dos referenciais certamente favoreceu a extensão da arbitrariedade do signo até a autonomia do lingüístico, considerado como equivalente do mundo, como "espetáculo colocado no lugar do real objetivo, tido como seu equivalente por convenção" (Cf. *Introduction à l'analyse textuelle*¹, por R. Laffont e F. Gardès, Madray, Paris, 1976). Essa mesma queda pôde facilitar a promoção do Estado moderno permitindo as substituições, os jogos de equivalências, as transferências de identidades, já analisadas – privilegiando o discurso político.

A queda dos referenciais abriu um período crítico: o vazio preenchido pelo estatista. A gravidade da situação que se estabeleceu, de maneira durável, em torno de 1910 só apareceu lentamente. Muito lentamente, chega-se à compreensão de que a linguagem – o discurso – paira no ar, sozinho, sem qualquer regra além das regras internas (a lógica), sem nenhuma outra certeza além da sua confiança em si mesma, exceto se se admite o equivalente dos equivalentes: o Estado. Muito lentamente, chega-se à compreensão de que a prioridade simultânea do discurso e da ciência do discurso (a logologia) acompanhava o assassinato da linguagem e a aceitação do convencional (o não-importa-que-ísmo!). A cada um sua linguagem e seu discurso para dizer não importa o quê. Isso não tem nada em comum com uma decadência à maneira de Roma, nem com um declínio do Ocidente definido pela filosofia. Sim, o Logos europeu estremeceu,

perdeu sua base ou seu fundamento, sua verdade conquistadora. Ele começou a se dissolver acreditando se afirmar em estado puro, pela lógica, a lingüística, a semântica, a semiótica, a sinalética etc. A logologia (discurso sobre o discurso) tomou o lugar da egologia (discurso do sujeito sobre o sujeito, conhecimento e valorização do sujeito) sem oferecer à Europa seus valores conquistadores. O discurso liberado das contingências exteriores, dos valores éticos ou estéticos, não produziu nada além de discurso. O resto, quer dizer, tudo com exceção das palavras, segue como pode, no salve-se-quem-puder. Exceto o que diz respeito ao Estado. Tudo morre, exceto o Estado, que tudo mata.

Poderíamos supor que a "crise" resulta do fato de que os elementos da vida social recusaram os laços que os uniam, afirmando-se cada um por si mesmo, de modo autônomo: demografia galopante, técnicas desconectadas, ambições sem limites, cientificismo delirante. Talvez. A "crise" seria inicialmente não crise de autoridade no sentido vulgar, mas crise da unidade política tendo e retendo os elementos da vida civil. Constituídas nos períodos anteriores, tomadas então em mãos pelo Estado da *belle époque*, essas potências se dissociaram. O Estado moderno teria podido e devido, caso ele se conformasse ao modelo racional (hegeliano), limitar e trazer exatamente para dentro de suas fronteiras os elementos ou momentos de sua própria realidade. Ora, ele favoreceu, por sua própria expansão, o gigantismo desses elementos. É verdade que o Estado dito "socialista" se mostrará talvez capaz de dominá-los e, desde então, se conservará como Estado todo-poderoso, ao passo que, do outro lado, o Estado se decomporá. Talvez, mas não poderíamos dizer também que a própria política se autonomizou, tendendo ao absoluto, liberando-se do laço interno e racional com os outros aspectos da sociedade?

A "crise"? Esse conceito deve pelo menos se afinar, desacelerar-se, liberar sua polissemia, sua polivalência. Há um aspecto trágico na crise européia. O Ocidente matou suas forças vivas

ou as votou à desagregação. Vitória de Pirro do capitalismo! O Ocidente irá se refazer contra seu produto essencial: o Estado? Agora que esse produto foi exportado para o mundo inteiro, os europeus irão descobrir ou acreditar em outra coisa? perecer sem que o Estado pereça ou se decompor com seus Estados?

O pensamento dito marxista não contribuiu até agora para o conhecimento das situações concretas. Ele próprio entrou em crise e contribuiu para a crise do pensamento teórico: para a crise da teoria das crises, antes que para a elucidação desse conceito. Foi ele que fixou o sentido clássico da palavra: fim de um período, de um regime, de uma sociedade, de um modo de produção. Mas ele também fez avançar, desde Marx, o conceito de *transição*; este também fez correr rios de tinta, que mais o obscureceram que o elucidaram. A "transição" de fato combina aleatoriamente as continuidades e as descontinuidades, os modos de produção "dominantes" ou recessivos, os avanços e as defasagens, as superestruturas e as forças produtivas, as instituições evolutivas e as construções revolucionárias, segundo os autores "marxistas". Eles embaralharam o sentido da história, passando sem considerações do parcial (crise disso ou daquilo) ao global (crise do modo de produção). Desde o início, o pensamento marxista é cindido contraditoriamente em evolucionismo, continuísmo, reformismo, de um lado, e, de outro: catastrofismo, descontinuísmo, revolucionarismo. Quando Rosa Luxemburgo anunciava a catástrofe, ela certamente não estava errada; mas não foi a catástrofe que se esperava; veio a guerra mundial, e não o desmoronamento do capitalismo; foi este que resistiu à prova, não a classe operária (a revolução proletária). A linha "continuista" a arrebatou, através das catástrofes e das descontinuidades. Qual linha? A do socialismo de Estado, de Ferdinand Lassalle, aos "socialistas" e "comunistas" atuais, passando por Bernstein e alguns outros, dentre os quais Stalin. Que paradoxo! E ele se agrava quando pensamos que o "compromisso histórico", que data de longe (de Ferdinand Lassalle no

continente europeu) não cessou de empregar a linguagem da revolução, não reconheceu nem mesmo seu próprio perigo – o reformismo – para criticá-lo.

O pensamento marxista oscilou entre o economicismo e o voluntarismo político: entre a "crise econômica" e a "crise política", concluindo incessantemente isso ou aquilo. Por quê? Porque ele não analisava o Estado, sua capacidade crescente de intervenção e de gestão, estimulada e não abatida pelas crises e pelas guerras. A análise marxista confundia uma crise da ideologia ou de tal ideologia, ou de tal domínio das representações (pedagogia, moral etc.) com uma crise das relações sociais, da prática social e da vida cotidiana. Ela omitiu a relação entre *crise* e *guerra*: desencadeamento de uma guerra por uma crise ameaçadora, equivalência entre a guerra e a crise, mas caráter estimulante da guerra pelas técnicas, para o Estado.

Essa análise desde há muito não compreendeu a generalização e a normalização da crise no mundo atual: *o estado crítico* com suas implicações não explicitadas.

Até aqui, então, o marxismo não estimulou a criação. No mundo atual, sabe-se muito bem, o crescimento das forças produtivas prossegue – contra as previsões de Marx – no seio das relações de produção que não têm nada de "socialista". Segundo as previsões de Marx, esse crescimento transbordou as relações sociais de propriedade e notadamente o quadro político da propriedade do solo: a nação. Isso o testemunham as firmas mundiais, engendrando uma situação imprevista. Fértil até o início do século, em seguida esterilizado, o próprio "marxismo" esterilizou o Ocidente. Retomou força somente na Ásia, em contato dir-se-ia com o modo de produção asiático – difamado por Stálin – onde ele foi conhecido sendo superado (não sem sofrimento).

De fato, o marxismo se orientou antes de Lênin, mas também com Lênin (ainda que os textos se contradigam) em direção a uma estratégia de investimento e de transformação

do aparelho do Estado assim como das instâncias representativas, não em direção a uma teoria das situações concretas "na base". A reflexão marxista tomou como objetivo o exercício do poder e por conseguinte a perpetuação do Estado como forma política generalizada (universalizada). Os conceitos de ditadura do proletariado e de período transicional, submetidos a um brutal revisionismo, se infletiram nesse sentido, contrário a seu sentido inicial. Eles aí se perderam no meio do caminho. De modo que, segundo uma fórmula de René Lourau, viu-se deperecer a teoria do deperecimento do Estado, sem que ela tenha passado pela prova da prática (salvo em um país pequeno mas audacioso: a Iugoslávia). Assim, o marxismo se rompe internamente ao mesmo tempo em que subsiste ao assalto das forças exteriores, ideologias e potências. Através das fissuras do edifício (aquele do marxismo-leninismo), em razão desse duplo fracasso (o movimento trabalhador europeu e o dogmatismo dito "marxismo") viram-se surgir muitos produtos de substituição. Um dos últimos surgidos: a formidável ideologia da comunicação, em proveito direto dos USA e indireto da tecnocracia mundial. Segundo essa ideologia, a comunicação, a informação, o saber, o conhecimento se confundiriam até se *identificarem*. Triunfo do Identitário: barreiras caem, fronteiras se esfumam; as ciências que tendem para o parcelar se unificam; a reflexão crítica desaparece. O pluridisciplinar chega à disciplina tecnológica das máquinas de informação. O saber se condensa e se concentra. Único problema: os obstáculos à informação, os recuos dos fluxos, os obstáculos à circulação das mensagens. Os especialistas e ideólogos não podem conceber sua própria obra, a saber, a confluência da teoria geral da comunicação-informação com os dados parciais das ciências fragmentárias na *ciência da dominação* (ou seja, da manutenção e perpetuação das relações de dependência, de subordinação e, por conseguinte, da exploração). Essas ciências que se querem objetivas e neutras, nós as sabemos *políticas*,

não no sentido antigo de que elas serviriam "inconscientemente" aos interesses, nem de que elas apoiariam tal ou tal política, mas no sentido de que elas apóiam a (o) política (o) em geral, de que o Estado as reconhece por "sérias" e "necessárias", portanto as aceita no saber oficializado e institucionalizado. É nesse sentido que é necessário atualmente denunciar a não objetividade do saber e sua relação com o poder.

Durante muito tempo, dos jornalistas aos especialistas, tentou-se compreender a crise atual, seja por analogia com a de 1929-1933, seja recorrendo à análise clássica das crises em Marx e seus continuadores. Ora, esses dois caminhos se encontram na inanidade.

A "crise" atual difere profundamente da "grande crise", aquela que conduziu, em lugar de à revolução proletária, à ascensão do fascismo e da segunda guerra mundial. As diferenças se acusam unicamente sobre o plano econômico. Certamente, as taxas de desemprego podem ser comparadas, mas atualmente não existe reconstrução do "exército de reserva" dos trabalhadores, desaparecido durante a alta conjuntura? Durante esse período "próspero", os países industrializados fizeram apelo à mão-de-obra imigrada, por vezes massivamente, por vezes contraditoriamente (a Espanha exportando e importando mão-de-obra).

Nas estatísticas, é difícil desenredar os aspectos da questão; os "deixados por conta" e os marginais, os desempregados, as pessoas excluídas do funcionamento "normal" dos centros e nós da atividade produtiva, as periferias por conseguinte, os desempregados ocasionais (mais claramente: as mulheres, as pessoas de idade, os jovens, os "quadros" sem emprego) se misturam com os trabalhadores dispensáveis, o desemprego "estrutural" com o "conjuntural".

A maior diferença está no fato de que em 1929-33 a grande indústria foi severamente atingida, enquanto a pequena e média indústria – trabalhando para um mercado local e para o

consumo direto dos produtos – o foi relativamente menos. Enquanto, atualmente, a grande indústria (nuclear, a petroquímica, etc.) escapa da crise, as pequenas e médias empresas são ameaçadas de desaparecer. Grandes novidades em relação a 1929-33: inicialmente nem os preços nem os salários abaixavam no curso da crise; – em seguida as firmas mundiais se mantinham e mesmo aumentavam seus lucros manipulando os capitais, transferindo os fundos de um país e de uma moeda para outra (o). Os ramos da indústria mais ou menos tocados ou intactos variam segundo o país. Da mesma forma que os números e a repartição das falências.

Quanto à teoria “clássica” das crises, percebe-se a que ponto ela foi mal compreendida. Em 1929-33 como hoje, abundam os números concernentes à queda da produção, às falências, ao desemprego. Informações literalmente informes, com pouca análise. Os fatos se interpretavam então em função das atitudes e das opções políticas anteriores à crise. Alguns anunciam a cada dia a catástrofe, o fim do “regime” ou do “sistema”. Outros não vêem nos mesmos fatos mais do que sintomas de readaptação, de seleção, de competitividade. Tanto nas crises precedentes como nesta, as características da crise segundo Marx foram esquecidas, a saber:

a) A teoria de Marx fala somente sobre as crises *cíclicas* e sobre os fenômenos econômicos, quando dessas crises. O que não autoriza saltar da crise cíclica a uma crise geral, que seria uma crise *econômica* por essência, entretanto abalaria as “superestruturas”. A “crise geral” admitida à época estaliniana recobria uma grande complexidade de fenômenos irreduzíveis ao econômico, ainda que tendo uma “base” econômica: a ascensão das grandes empresas altamente organizadas, dominando um mercado *de uma só vez* externo e interno, subordinando-se os aspectos da vida social que escapavam até a organização (a cidade histórica, a agricultura, o espaço urbano). Através desses fenômenos se operaram uma extensão e uma re-estruturação

do mercado mundial, da divisão do trabalho, da repartição das forças produtivas na superfície do globo, essas forças crescem.

b) A crise cíclica, segundo Marx, tinha uma função “purgativa”. Ela libertaria as relações de produção e as forças produtivas de alguns excessos e excedentes relativos (estoques, equipamentos, força de trabalho). Ela reconstituía assim as condições da renovação. O que completa os esquemas da reprodução ampliada em *O Capital*, esquemas que, tomados isoladamente, permanecem incompletos e mesmo pouco inteligíveis.

É nesse sentido que a teoria “marxista” vai mais longe e tem mais interesse que as interpretações vulgares pela superprodução e pelo subconsumo, pelo desemprego ou pelo marasmo. A “animação” da conjuntura se faz pelos investimentos no setor I, de produção dos meios de produção (indústria pesada). A superprodução relativa, latente, virtual, perpétua, aí compreendida a do capital, resulta dessa dupla prioridade: o econômico e o setor cuja prioridade define o economicismo, a saber, o setor I. A superprodução começa desde o início do ciclo, mas não se manifesta senão no fim, com a saturação do mercado. Perpétua, a “superacumulação”, segundo Marx, não intervém como um fator distinto; ela se relaciona, como a superprodução, ao funcionamento do capital que justamente deveria modificar a entrada em outro modo de produção; esse funcionamento implica a prioridade do econômico, do investimento prioritário na produção dos meios de produção. Aqui aparece novamente um paradoxo assustador: o capitalismo, sob a direção estatista, tentou corrigir o erro investindo no setor II (produção para o consumo e para o mercado interno), enquanto o “socialismo” perpetuava e agravava o erro precipitando os recursos no setor I. As contradições do modo de produção convergem para a crise, dentre as quais a principal se definiu pela tendência ao investimento no setor privilegiado. As outras contradições (subconsumo, queda da taxa de lucro médio etc.) resultam dessa contradição.

Na crise, as contradições irrompem, se tornam conflitos ou se resolvem na "renovação".

Alguns destaques a esse respeito. Primeiramente, a controvérsia concernente aos investimentos suscitou e ainda suscita conflitos no seio do "socialismo", das lutas de tendências e de correntes, mais fortes na China e mais perceptíveis (o que interessa a esse país), mais frágeis e sobretudo menos públicas na URSS. Se os capitais e capitalistas investiram no setor II (aí compreendidas as firmas mundiais) programando a vida quotidiana, colonizando-a, a "força das coisas" restituiu a estratégia fundamental no seio do MPE: indústria nuclear, armamento, petroquímica. A "força das coisas"? Esses termos contêm e escondem uma *lei*, a de um processo *cego*, não dominado pelo saber, mas, ao contrário, arrastando consigo o conhecer e conduzindo-o por vias desconhecidas.

A crise clássica (cíclica) faz irromper as contradições do modo de produção mas as *resolve* momentaneamente: ela estimula a produção nesse modo de produção (forças produtivas, técnicas etc.).

Segundo, as teses de Marx sobre a crise (cíclica) têm uma conseqüência raramente posta à luz, sem dúvida porque ela é aterrorizadora. A crise econômica (cíclica) tem uma equivalência, no grande torneio de equivalentes: uma guerra. As guerras tiveram o mesmo efeito que as crises: purgar o modo de produção dos excedentes que o entulham, restabelecer as condições de seu funcionamento. Assim, as duas guerras mundiais vieram bem na hora, se ousamos dizê-lo: no lugar de uma crise grave (em 1914 e em 1939). Não se saberia insistir demais sobre esses dois aspectos: a crise e a guerra estimulam as forças produtivas, destruindo-as; retoma-se a acumulação com as suas contradições.

A crise econômica cíclica, como a guerra, como a formação "normal" da taxa média de lucro faz parte das *auto-regulações* (cegas, espontâneas) do capitalismo. Essas auto-

regulações são calmas (meios sociais) ou violentas (conflitos armados, guerras), um não se separando do outro durante um longo período. A partir da entrada no MPE, o caráter automático das regulações se atenua, mas a violência surge da decisão tomada com pleno conhecimento das causas e dos efeitos, o que complica a situação.

No que concernente à "crise" atual, que está em plena atividade e pode guardar fenômenos e conflitos imprevisíveis, vamos anunciar algumas proposições:

Os ideólogos "marxistas" que querem analisar a "crise" não dispõem nem do método nem dos conceitos adequados. Eles procedem por analogia com a crise cíclica em geral, ou mesmo com aquela crise (de 1929-33), o que acarreta conclusões arbitrarias, ora reformistas, ora cataclísmicas, às vezes as duas coisas. Eles fazem contorcionismos para mostrar que a crise é ao mesmo tempo "econômica" (no tocante à produção) e "geral" (no tocando à "lógica do desenvolvimento capitalista", à sua fase atual, a do capitalismo do Estado, portanto à toda a sociedade) (cf. Nouvelle Critique², nov. 1975, p.14: Conclusions sur la crise³). Segundo o esquema dogmático mais "clássico", fazem-se conclusões a partir da economia para a sociedade inteira.

Ora, a crise atual comporta fenômenos inéditos; ela permite alçar novos aspectos. A contradição entre o capital anexado ao território, controlado e orientado pelo Estado, e o capital não anexado ao território, surge e tende a ser conflituosa. O capital não anexado ao território se porta relativamente bem. A acumulação não se interrompe. As estratégias se afrontam e se revelam mais ou menos eficazes. As estratégias das firmas mundiais *parecem ser* (na medida em que são divulgadas) as mais eficazes.

Se sempre convém *analisar a crise* (descrever fenômenos, captar informações e dados), é preciso igualmente *considerar essa mesma crise como analisadora do mundo atual*. Essa modificação metodológica transforma o

horizonte e o caminho do pensamento. Ele não se fecha mais no econômico; o caráter sintomático de certos fatos se confirma e se desenvolve; cessa-se de pular do econômico ao geral, de um modo arbitrário.

No modo de produção atual, as dificuldades econômicas não acabam nunca. Sabemos há muito tempo que elas estimulam a economia (a pesquisa, os investimentos). De modo que os estados críticos podem significar mudanças no interior do modo de produção (MPE), a saber: repartição modificada das forças econômicas, divisão do trabalho modificada sobre o planeta. Em compensação, à medida em que há uma *crise* outra que a econômica, ela pode tender a se tornar uma *crise total* (ao mesmo tempo econômica, social, política, cultural). Ela ameaça o Estado, o do modo de produção estatista, sua estrutura, seu funcionamento. Ela o ameaça de quê? de uma catástrofe.

Poderia ser que a crise atual fosse outra que a econômica *na medida em que ela põe em questão o lugar do econômico na sociedade*, a prioridade do econômico, a subordinação dos países e povos a um mercado dirigido, simplesmente na medida em que ele é *dominado* pelas potências e estratégias mundiais.

Em vez de dizer "crise", seria necessário dizer *estado crítico* do mundo moderno em geral, do modo de produção estatista em particular.

O *estado crítico* não provém nem do econômico tomado à parte, nem do político isolado a título de instância. Esse estado crítico tem seu ponto de partida no social como tal: o que Hegel e Marx nomeiam de *sociedade civil*. A crise no sentido usual iria do econômico ao político. O *estado crítico* tem sua origem e, sobretudo, seus efeitos não nas organizações ou instituições, mas nas relações que sustentam essas instituições: a família, a escola, as relações entre as pessoas, os "valores", as "normas", as "ideologias". Esmagada, encurralada entre o político e o econômico, essa vasta região sofre de um mal crônico. Nos USA e nos países ditos capitalistas, o econômico

tende a dissolver as relações sociais outras que as relações de produção, redirecionadas, reproduzidas como tais pela ação do Estado. Na URSS, e nos países ditos socialistas, é ao contrário o político, fetichizado, levado ao absoluto por uma estratégia global, que ataca o social e que esmaga as relações sociais outras que as relações de produção, também reproduzidas.

O que se abala, o que se coloca em questão no estado crítico, não é portanto a produção ou o estatista tomados à parte, mas o *conjunto das relações de dependência, de subordinação e de dominação*. O famoso consenso desaparece deixando somente vagos vestígios. O que se fissa e se abala? O edifício inteiro, a pirâmide, a hierarquia mundial e não só a base econômica em tais ou tais países em separado, ou o topo isoladamente considerado de tal ou tal Estado. Os sintomas desse abalo das hierarquias se multiplicam, desde as relações ancestrais e arcaicas entre os sexos e as idades e as funções, até as relações modernas de dominação entre as classes sociais, entre os países dominantes e dominados em escala mundial.

Às vezes se tem a impressão de se mover no seio daquilo que os físicos chamam de um estado "metaestável", cujo equilíbrio não suporta quase nada e pode se romper por quase nada: uma fraca adjunção.

A literatura sobre a crise econômica ou a crise política? De fato e na verdade, ela propaga uma *ideologia da crise*; esse fenômeno novo acompanha a confusão da ideologia e da ciência numa certa "cientificidade" (filosófica, epistemológica, institucional). A ideologia da crise obscurece e oculta o estado crítico, descartando a crítica do Estado. Redutora, ela leva a crise aos fenômenos econômicos considerados isolados, e não sintomaticamente. Acredita-se ser audacioso quando se avança até dizer que "a crise" destrói os modelos culturais da pequena burguesia, as separações (vida privada e vida pública, trabalho e moral). Enquanto o estado crítico vai bem mais longe. A

ideologia da crise descarta a análise dos sintomas, ou seja, os fatos como analisadores da situação: como testemunhas do abalo de uma prioridade, aquela do econômico e, conseqüentemente, da ideologia economicista. Assim se asfixia a via da invenção e da criação de novas relações sociais. A ideologia da crise se mistura sabiamente à publicidade e à propaganda, que negam ou deturpam o estado crítico.

Nessas condições, em que *a ideologia da crise nega o estado crítico*, qualquer declaração abordando a crise equivale a uma intervenção na luta de classe que nega seu crescimento, sua amplificação. A ideologia da crise, cobrindo o estado crítico, explica este paradoxo: a crítica da sociedade, ou seja, do capitalismo e do socialismo, que deveria se colocar ao mesmo tempo contra as alienações que eles veiculam e contra a modernidade brutal, essa crítica enfraqueceu-se. O pensamento "radical" parece se isolar. As instituições se fortalecem. Quando os poderes estabelecidos declaram a crise, eles declaram a repressão e virtualmente a guerra àqueles que querem considerar essa crise como sintomática de uma dissolução mais vasta e mais profunda do que dizem os relatórios especializados. Em suma, *a crise é utilizada, prática e ideologicamente, portanto politicamente*. O que é necessário denunciar hoje não é somente a subestimação da crise, mas também e sobretudo sua utilização para ocultar o estado crítico.

As multinacionais, mostrou-se que elas colonizaram, reencontrando uma forte tradição, países inteiros; elas os reduziram, *no quadro estatista*, a um estatuto colonial, em todos os níveis, da vida cotidiana à repartição da mais-valia global. Mesmo que essas firmas não cheguem a isso, mesmo que elas fiquem presas mais ou menos em seus laços territoriais, em tal ou tal país, suas estratégias têm esse objetivo.

Ora, a crise, ou antes o estado crítico, abala com a hierarquia o colonialismo moderno. Os movimentos dos povos dependentes

(humilhados, dominados, explorados, colocando em primeiro plano o aspecto "humilhação", subestimado pelo economicismo) abalaram as *relações de dominação*. Sua eficácia estende-se das periferias aos centros; seria inexato limitar seus efeitos aos países revoltados. Esquecer-se-ia que o último período de guerra nos países dependentes, Ásia e África, viu estender-se a contestação e o protesto, que o movimento ganhou a juventude, as mulheres, os intelectuais, a classe trabalhadora, o cotidiano, os subúrbios, em suma todas as *periferias* até mesmo aquelas que se aproximam estranhamente dos centros?

As relações sociais de produção se constituíram e se instituíram como organização e divisão do trabalho social. Elas só se mantêm sustentadas e reproduzidas. Ora, há uma diferença entre as relações sociais baseadas na organização do trabalho e as relações de dominação. Nas relações baseadas na organização e divisão do trabalho, as relações imediatas não ocupam outro lugar senão o nível mais simples, a atividade sobre a matéria, o manejo da ferramenta, a cooperação em torno de um ato produtivo elementar, na oficina ou na empresa. As outras relações passam por mediações: os equipamentos, a divisão das operações produtivas, o mercado e suas exigências, o dinheiro, a compra e a venda da força de trabalho, o encadeamento das atividades parcelares. O que tende a dissociar prática e teoria, consciência e realidade, concebido e vivido, ação e pensamento.

O mínimo que se pode dizer é que lucro e potência são dois aspectos ou duas faces de uma mesma "realidade". Subordinada em primeiro lugar (ainda não provado) à busca pelo lucro e à organização do trabalho, a busca pela potência se desdobra nas condições do mundo moderno, sem abolir, ao contrário, a busca pela riqueza. No entanto as implicações se distinguem. Nas relações de dominação, reencontram-se cedo ou tarde os contatos, as relações de caráter imediato entre as pessoas (na coerção e na violência). Cedo ou tarde, na produção como no exército, cada um tem algo a

tratar com um superior, um chefe, uma autoridade, um comandante pessoal. A violência exerce uma fascinação pela sua imediatividade, num mundo de mediações, de intermediários, de "mídia". Ela provoca o ressentimento e a revolta.

As relações de dominação, mesmo quando passam pelo econômico e suas estratégias se baseiam no econômico, reencontram sempre alguma coisa da feudalidade. Banal para o Japão e alguns países longínquos, essa proposição poderia valer também para a Europa. Lembrem-se estas relações medievais: submissão, vassalagem, em alguns casos fidelidade juramentada.

Nas relações outrora baseadas na única organização do trabalho, o aspecto "exploração" chega mal à consciência. O mecanismo da exploração impede o conhecimento e o reconhecimento dessa exploração, o que Marx e Lênin mostraram. As ilusões e a passagem das representações para a própria prática vão justificar a automatização, que engendra a passividade consentida. *A consciência das relações passa ao largo e alhures*. A consciência das relações de dominação, pelo contrário, é atingida imediatamente. Elas superam facilmente a separação entre prática e teoria. Daí a extraordinária força da *consciência de alienação* nas situações de dependência: jovens, mulheres, colonizados etc. O lugar e a função e a eficácia da consciência mudam; o que permite conservar, não sem alguma ironia, um sentido para a famosa declaração: "o mundo vai mudar de base". De fato, o mundo atual perde sua antiga *base* mas ele guarda seu *fundamento* nos sentimentos de dominação e ressentimento que engendram a potência e a vontade potente. Ora, esse fundamento da potência mostra sua fragilidade, simbolizada classicamente: o gigante com pés de barro.

A utilização da crise para negar o estado crítico vai longe. Nesta negação são por vezes cúmplices a direita e a esquerda políticas: cúmplices na manutenção do Estado, na

reprodução das instituições estatais e da hierarquia. Limitando a crise e a luta dita de classes ao econômico, ou seja, às reivindicações concernentes à produção (portanto ao quantitativo), paralisa-se o desdobramento de uma luta que engloba a luta de classes e a amplifica.

Normalmente, se se ousa dizê-lo, o estado crítico e as tensões que não se separam teriam encontrado sua resolução: a guerra. A dialética das relações sociais, de sua manutenção, de sua negação, de seu abalo, tem esse novo efeito paradoxal. Sempre próxima, a guerra não irrompe. O que ameaça a ordem estabelecida, a do Estado, impede também os poderes políticos de tomar essa via e de verem nela um caminho. Muitos são os riscos! Paradoxos: guerra reprimida, guerra em estado embrionário, guerra e paz mal distinguíveis de um lado, e, de outro, violência perpétua, reprimida e generalizada, contida e utilizada.

A utilização da crise desembocou num terrorismo particular, ela alimenta a *utopia negra*, a ameaça brandida constantemente da miséria, do desemprego generalizado, do caminho das guerras. *Apodrecimento da sociedade*, conforme dito (cf. o n^o especial de *Cause commune*⁴, publicado sob este título). Sim, num sentido: decomposição da vida cotidiana e do poder político exercido até nas e sobre as estruturas do cotidiano. E no entanto não: afrontamentos distintos, tensões atenuadas, terrorismos inventando novos meios, manutenção das relações. A ideologia da crise fecha o vazio deixado pela crise da ideologia e pela crise da teoria das crises.

As críticas destacaram na televisão e nas mídias a mudança de temas. Não se abandonaram os do período próspero: o espetáculo da felicidade no consumo. Temas renovados e ampliados: o espetáculo da miséria e da violência; o terrorismo se transfere do consumo à miséria.

A crise como analisadora-reveladora transgride a análise da crise cujo caráter limitado, ideológico, no limite mistificador, vem

à luz. Crise do Estado? Não: o Estado prossegue seu caminho; mas sua "base" e seu "fundamento" (a base nas forças produtivas e o fundamento nas equivalências) se esquivam lenta, mas seguramente. Esse caminho da teoria conduz a uma interpretação e a uma concepção estratégica da situação mundial, ou seja, uma nova via aberta através da obscuridade do estado crítico.

Partindo da teoria "clássica", pode-se discernir:

a) *A crise conjuntural*, principalmente ou estritamente econômica. Ela tem causas assinaláveis: baixa na bolsa de valores, queda de um setor de produção com efeitos induzidos etc. Oficialmente, ela carrega consigo um nome de conotações menos raivosas que "crise"; chamam-na de "depressão". Estudada por Marx para o século XIX, ela tinha então um caráter cíclico como um fenômeno natural, realizando uma função "normal": a purgação do capitalismo, a eliminação dos excedentes, o retorno das condições da "prosperidade", ou seja, da acumulação do capital e da reprodução ampliada. Pode-se afirmar que ela tem um equivalente: a guerra. Uma crise grave leva à guerra e a guerra "vale" uma boa crise. É ela que estimula o capitalismo, as forças produtivas, o "crescimento".

b) *A crise estrutural*. Ela abala a arquitetura da sociedade. Ela alcança as "superestruturas" (os "valores", ou seja, as próprias ética e a estética "referenciais" na terminologia aqui empregada). Ela *tende* à desestruturação e à reestruturação do modo de produção, acompanhando-se do desenvolvimento de novas forças sociais e políticas. Ela suscita então as situações graves e as mudanças políticas. A crise estrutural vai em direção ao estado crítico, estado no qual as contradições exacerbam-se mas neutralizam-se momentaneamente.

c) *A crise revolucionária*: caso limite. Ela perturba ou rompe as relações entre a terra, o trabalho, o capital (os investimentos) e mesmo a forma mercantil e suas relações. Um salto

qualitativo torna-se inevitável. O modo de produção (o MPE portanto) é alcançado. É o fim da acumulação do capital, da reprodução das relações. De produção e de dominação. Uma luta mortal se desencadeia. As relações sociais não são mais reprodutíveis. A subjetividade revolucionária (a consciência política, como se diz) emerge e cresce. É o momento da catástrofe, mas também da invenção de novas relações. Um outro modo de produção surge e uma outra forma de organização social – ou ao menos a sociedade civil e política morre. É a *catástrofe*, jamais estudada como tal, ainda que freqüentemente anunciada pelo marxismo apocalíptico (Rosa Luxemburgo e outros). Em suma, na crise revolucionária se rompem as cadeias de equivalências: com a lógica da mercadoria, aquela da reprodução e da separação, aquela do exercício de um poder exterior e superior à sociedade (civil).

O último caso se apresentou na Rússia czarista, em 1917; quase se deu em 1968 na França, em Portugal um pouco mais tarde, no Chile. A invenção de novas relações e de um novo modo de produção sempre fracassaram. A crise de 1929-33 passou do conjuntural ao estrutural conduzindo ao poder o fascismo e não a revolução proletária. Quanto à depressão, passou-se por várias na segunda metade do século XX, pouco a pouco atenuadas por medidas estatais. A depressão e a crise econômica fizeram nascer a ideologia da crise no mais alto destaque.

No estado crítico, essas distinções tendem a cair; ele não surge mais no plano dito econômico, mas concerne a sociedade inteira. As relações de produção se reconduzem sobre um modo voluntarista e forçado: continua-se porque é preciso continuar, porque não se vê para onde levar a não-produção das relações. A coerção realizando os efeitos do temor.

Quais conclusões tirar daí? Uma visão estratégica das forças em escala mundial, uma análise do dispositivo, levando em conta os reagrupamentos eventuais no curso da crise

como consequência do estado crítico.

a) As duas superpotências, mais ou menos iguais no seio do MPE (com e apesar de suas diferenças) dominam o mundo. Os dois centros do imperialismo, no ápice da hierarquia planetária, impõem sua ordem, nomeada "coexistência pacífica". A competição entre eles tem por alvo o poder sobre os centros secundários do imperialismo (o degrau imediatamente abaixo do deles na hierarquia: o Japão, o Brasil, a Alemanha etc.), ou seja, o "segundo mundo", assim como suas periferias (terceiro mundo). A competição não exclui o compromisso de favorecer a consolidação do MPE, sobretudo nos satélites, e de esmagar as forças especificamente socialistas que surgem aqui e acolá.

As duas superpotências são mantidas por uma classe dominante diversa por suas origens, seus recrutamentos, as modalidades de sua ascensão e de seu poder. Daí uma rivalidade na cumplicidade: cada classe dominante ameaça a existência da outra. A contradição externa se reproduz no interior de cada potência: as relações especificamente socialistas ameaçam a burocracia de Estado na URSS. Do mesmo modo nos USA, as relações especificamente capitalistas (entre as firmas mundiais) ameaçam a gestão estatista, mas também a consolidação de uma burocracia estabelecida. Dito de outro modo, as vias da catástrofe diferem segundo as duas *espécies* do *gênero* MPE. Tais como são, as superpotências podem tratar com as firmas mundiais (IBM, empresas petrolíferas etc.). Do lado dito "socialista", o Estado tem mais chance de enriquecer, de se manter, de preservar uma imensa burocracia e um exército poderoso. Do lado dito capitalista, o Estado corre o risco de se empobrecer relativamente e de mal cobrir a decomposição da sociedade. Dos dois lados, o *Estado atingiu sua maturidade contra-revolucionária*; o MPE atinge sua plenitude na URSS, que não tem nada em comum, apesar das afirmações dos ideólogos, com o socialismo no sentido de Marx e Lênin.

b) O "front mundial" contra a hegemonia planetária das potências imperiais nunca obteve sucesso em consolidar-se, apesar das múltiplas tentativas. Virtual mais que real, dissociado imediatamente quando constituído, ele coloca em questão a hierarquia mundial, as relações de subordinação-dependência-exploração. Ele se estende das periferias distantes a essas periferias próximas que vão até os centros: as mulheres, os jovens, os estudantes trabalhadores estrangeiros, as regiões e nacionalidades oprimidas, a classe operária (mais ou menos engajada ou desengajada). Ele modifica a organização do espaço mundial. A classe trabalhadora, certamente, não se exclui, mas ela tem suas próprias contradições, entre outras aquela que se refere à representação política; os PC engajam seus partidários na luta pelo poder político; ao mesmo tempo, freiam as ações para não se deixar exagerar, para controlar as instituições onde eles querem entrar, e porque eles mesmos se transformam na instituição. Esse front mundial compreende a China? Seja como for, a simples existência da enorme China impede a estratégia mundial de se reduzir a um desafio e a uma competição entre duas potências. Desde que haja três termos, tudo muda, é inútil repetir. Objetivamente, portanto, o papel da China no front mundial é imenso. Esse *front* compreende as burguesias ditas nacionais? Pode-se admiti-lo, excluindo-se somente as classes dominantes do tipo da burguesia "comprador", que aceitam a divisão do trabalho sob dominação imperial, ou seja, uma dependência na qual os países subordinados fornecem trabalho produtivo e força de trabalho, matérias-primas, energia, recursos diversos, territórios de investimento para as indústrias "sujas" etc.

Sob essas condições, na Europa, é preciso prever uma predominância durável da ideologia e da organização social-democrata. Essa ideologia e essa organização *tendem* para o MPE, mas com prudência. A social-democracia que enfatiza, sempre com prudência, a economia e o crescimento, sem menosprezar o "social", aparece então como aliada dos povos. Ela se beneficia do *compromisso histórico*, o qual se

poderia perguntar se não torna inúteis os partidos ditos comunistas. O compromisso data de longe. A corrente social-democrata se afilia com mais coesão e coerência que os "comunistas" aos *tecnocratas de esquerda*, ligados por mil elos de cumplicidade e ideologias aos "liberais", e até mesmo aos tecnocratas autoritários "de direita". Eles podem intervir de modo eficaz e na defesa da Europa e na partilha dos frutos de um crescimento que não pode mais se pretender ao ilimitado. A democracia representativa, eleitoreira e pluralista, convém à social-democracia. Daí sua extensão em direção à "base trabalhadora", extensão justificada pela situação.

À cooperação socialista-comunista não faltam razões políticas. Os dois grandes partidos podem aperfeiçoar o Estado, administrar sua hegemonia, estender a zona de influência do socialismo de Estado e a centralização estatista. A fraseologia leninista dos partidos "comunistas" pode incomodá-los, pois eles assentam sobre a organização. Eles desconfiam da teoria; não sem razão, pois a crítica os coloca em questão. A operação pela qual eles abandonaram a ditadura do proletariado sem mesmo se lembrar da deperecimento do Estado os cobre de ridículo.

As contradições não persistem menos entre centros e periferias, entre o sistema imperial (o MPE) e a classe trabalhadora, entre o capitalismo de Estado e o socialismo de Estado e, talvez, entre a técnica que permitiria o não-trabalho e a manutenção do trabalho das massas trabalhadoras no MPE e particularmente no socialismo de Estado.

Essa última contradição não pode, contudo, receber o rótulo que a designaria como "principal".

A corrente anarco-utópica deixou amortecer sua veia crítica. Ela levou longe demais, até o niilismo e até a neobarbárie, o criticismo. Eficaz na crítica até um certo limite, ela se degradou numa metafísica da espontaneidade incondicional ou do desespero. Os excessos do criticismo (a negação simultânea

da família, da escola, da teoria e do conhecimento conceitual, da democracia, do marxismo, da "cultura" etc.) facilitaram a "recuperação" dessa corrente.

Quanto aos dogmáticos que continuam a se opor ao negativismo, eles se isolam e se deslocam. Por que os trotskistas mantêm a tese de um Estado socialista na URSS, mais ou menos degenerado? Porque eles não aprofundaram a teoria do Estado, deixando-a congelada em torno dos textos que datam de 1925 a 1940. À *revolução permanente* se opõe hoje a *revolução ininterrompida* mas procedendo por etapas desiguais e momentos múltiplos, colocando em jogo forças complexas. O movimento transgride por etapas e o reformismo (social-democrata) e o revisionismo (comunista).

As *correntes nacionalistas* aparecem como polares em relação ao nacional-comunismo: eles se completam no seio do MPE, ao mesmo tempo ameaçando-o e desembocando no militarismo puro e simples. Infelizmente, nos países ditos "socialistas", um nacionalismo (ideológico e institucional) completa o socialismo de Estado. O famoso "patriotismo" socialista evolui facilmente para o chauvinismo de grande ou pequena potência. E é assim que o "princípio nacional" triunfou até aqui sobre o "princípio de classe" proclamado *universal* por Marx.

A análise precedente (que não parte de uma análise da crise, mas da crise como analisadora) se opõe à hipótese terceiro-mundista assim como à fetichização dos partidos políticos nos países avançados.

Nesta análise, os países do Leste ficam um pouco "terra incógnita" e poderiam figurar sob esse título em um mapa dos conhecimentos políticos. Entretanto sabe-se o suficiente para se afirmar que a "crise" e o "estado crítico" não os deixam de lado. Isso o testemunham as greves e levantes de trabalhadores na Polônia em 1976; o silêncio oficial não impediu algumas informações de atravessar a barreira. A Polônia pode servir como aparelho de medida – sismógrafo – dos países ditos socialistas. (Cf. o n° de *Spiegel* de

21/11/76, p.161 & sq. sobre os eventos de Ursus na Polônia.)

Esses países, não tendo atingido a verdadeira prosperidade, podem passar ao lado da "crise", mas não do estado crítico. A produtividade continua frágil (exceto no setor bélico). Eles perderam a dupla batalha: a da produtividade e a da ideologia. Os dirigentes soviéticos, sabe-se muito bem, procuram tirar vantagens de sua potência militar, sem ter de dela se servir (ou talvez: na espera de dela se servir). Eles desejam uma "cooperação" econômica em seu proveito, eludindo um confronto ideológico que eles deixaram de pensar que lhes seria favorável. Eles dependem do mercado mundial (ou antes dos mercados mundiais, tanto o de bens de consumo como o das técnicas de produção), o que legitima a sua derrota, a do seu "socialismo".

A saída dessa situação, caracterizada pelo *estado crítico*? Bloco histórico? O termo não possui mais grande sentido, pois se trata das ruínas da história. Com qual cimento? A saída não se encontra nem do lado nacional, nem do lado dos partidos. O partido político, como totalidade (proposta, programa, projeto total, ao mesmo tempo econômico e social, ético e estético, ideológico e cultural, sob a égide do político) conheceu seu apogeu no estalinismo. O fracasso, hoje reconhecido, leva a uma lenta decadência do partido como tal: de todos por partidos. Esse declínio, lento e certo, se dá, não sem riscos, com o declínio do (da) político(a) como absoluto, com a sua subordinação ao social (à sociedade civil). Aliás, o partido político, como totalidade, implica também a centralidade com sua lógica, sua monumentalidade, sua teatralidade. Querer descentralizar sob a égide de um ou mais partidos é uma impossibilidade análoga ao deperimento do Estado sob direção estatista. Paradoxo que os iugoslavos conhecem bem. Não é necessário, pelo contrário, dilacerar as superfícies sobre as quais se desenrolam os atos e discursos dos partidos?

Os partidos em geral e o partido comunista em particular estão votados a se

voltar seja para a direita (nostalgia do passado), seja para a esquerda (ainda ativista). Do mesmo modo os centros são ou serão transbordados para as periferias, a menos que essas não tentem diretamente o assalto replicando violentamente a pressão dos centros (o que foi fato na África e Ásia).

A espontaneidade parece ser a única capaz de tocar, como queria Marx, as cadeias de equivalência e o denso nó que as interliga: o Estado. Ela parece ser a única capaz de levar ao deperimento das relações de potência (exploração, opressão, humilhação, mas também participação, integração, instituição, manipulação, publicidade e propaganda), o que a classe trabalhadora organizada não pôde realizar no século XIX e na metade do século XX. Entretanto o recurso à espontaneidade absoluta parece tão irrisório e vão quanto a política absoluta. Esses dois absolutos do mundo moderno estão cara a cara: eles se ameaçam, e talvez se neutralizem um ao outro.

A saída só pode se encontrar ao lado das forças sociais novas, tendo um caráter orgânico, ou seja, contendo nelas um princípio interno de organização (que não viria do Estado e não se deixaria apresar por ele). Os movimentos concernindo ao espaço têm este caráter: eles nascem a propósito de um problema concreto. Efêmeros ou duráveis, eles visam à organização ou reorganização de um espaço. Eles são "selvagens", mas se distinguem tanto da espontaneidade inculta que Lênin rejeitava quanto da espontaneidade incondicional a que se votam certos esquerdistas anarquizantes.

A saída (a solução) do estado crítico não é menos incerta. O que poderia estar acontecendo? Qual cenário para o futuro pode-se construir? Pode-se vislumbrar uma consolidação do MPE com a emergência de novos centros (imperialistas), uma nova divisão do trabalho e uma nova repartição das forças produtivas. O reforço das multinacionais se acompanharia de uma reestruturação do espaço mundial, de uma consolidação dos Estados como policiadores e gestores de espaços limitados. É

possível também vislumbrar a generalização do poder militar, garantindo a potência da burocracia, evitando seu apodrecimento.

Torna-se possível uma vitória de forças novas, se a Europa obtiver um salto de vitalidade, se essas forças esparsas no mundo chegarem a se encontrar, se as diferenças se afirmarem desdobrando-se politicamente, e se a *autogestão do espaço* passar da utopia à prática. O que poderia suceder ou em uma conjuntura imprevista e favorável, ou na seqüência de uma catástrofe. Qual catástrofe? Não se pode excluir a guerra mundial, nem a guerra localizada. Mas a guerra não é só uma catástrofe eventual. O arruinamento de um Estado oferece um outro tipo de eventualidade (de possibilidade).

Sem que o leitor se dê conta, aproveitando-se seja de sua ignorância, seja de sua distração, muitas páginas já apresentaram um conceito, o de *morfologia hierárquica* (estratificada).

A morfologia hierárquica (estratificada) implica *níveis* e uma relação entre esses níveis, de tal modo que cada um, mais elevado na hierarquia, inclui um nível inferior até o mais elementar, e se inclui no nível superior até o mais elevado. Mostramos e demonstramos anteriormente que o Estado constitui uma tal morfologia. O espaço também.

Esse conceito não toma toda a sua importância a não ser que se examinem as relações entre o Estado e o espaço. A não ser que o conceito de morfologia sobreclassifique aqueles de “modelo”,

“estrutura”, e até mesmo de “sistema”, como se verá. Ora, o conceito de morfologia hierárquica estratificada leva àquele de “espaço de catástrofe”. R.Thom, em “*Mathematiques de la morphogenèse*”⁵ expõe a conexão entre esses conceitos (cf. p. 9, 71 etc. – cf. também *infra*, o capítulo sobre “L’État et l’espace”⁶).

A teoria clássica das crises não desaparece. Ela toma seu lugar na teoria das catástrofes. Ela permite descrever e analisar os sintomas de uma eventualidade, a catástrofe. Ela determina as causas e razões de efeitos que transbordam essas causas e razões: o abalo das condições de estabilidade de uma morfologia, sua ruptura.

A teoria das catástrofes difere da tese luxemburguista. Para Rosa Luxemburgo, o modo de produção capitalista deve cessar de funcionar; ele tende por lei interna para esse limite e esse fim, em que a acumulação do capital torna-se impossível. Certos traços da análise luxemburguista podem ser retidos; mas não se trata mais de uma crise econômica se generalizando. A teoria enfatiza o desaparecimento das condições de estabilidade num espaço determinado. A teoria das catástrofes permite explicar as estruturas e justifica dinamicamente seu aparecimento, sua estabilidade, seu fim. Ela reduz “todo processo causal a um só, cuja justificativa intuitiva não coloca problema: o conflito, pai, segundo Heráclito, de todas as coisas” (R. Thom. op. cit., p. 25). Essa teoria é qualitativa, ignorando as considerações de escala, assim como as leis somente quantitativas (p. 86). O autor demonstra a generalidade de sua teoria e sua aplicação, não somente aos fenômenos físicos e naturais, mas aos fenômenos históricos e sociais: em tudo onde há morfologia e topologia.

Notas

¹ N.T.: Introdução à análise textual.

² N.T.: Nova Crítica.

³ N.T.: Conclusões sobre a crise.

⁴ N.T.: Causa comum.

⁵ N.T.: Matemática da Morfogênese.

⁶ N.T.: O Estado e o espaço.

Tradução enviada em setembro de 2008

Tradução aceita em dezembro de 2008

